

Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	A REPERCUSSÃO SISTÊMICA DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NA TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS
Autor	LUIZA BESKOW PELEGRINI
Orientador	HANDEL MARTINS DIAS

A REPERCUSSÃO SISTÊMICA DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NA TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

Autora: Luiza Beskow Pelegrini

Orientador: Handel Martins Dias

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP

Mediante revisão da legislação e da doutrina nacional, bem como da análise da recente jurisprudência sobre o tema, a pesquisa se propõe a estudar e a analisar a nova técnica de julgamento de casos repetitivos instituída pelo Código de Processo Civil de 2015, denominado “incidente de resolução de demandas repetitivas” e como essa técnica processual poderá influenciar na resolução de questões que envolvem os denominados “direitos individuais homogêneos”, definidos estes como os direitos individuais decorrentes de origem comum, a teor do inciso III do parágrafo único do artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990). Quando há causas de massa provenientes de uma similitude de origem e não é ajuizada ação coletiva, o que seria mais apropriado, proliferam ações individuais no Poder Judiciário, gerando insegurança jurídica e desigualdade em virtude do pronunciamento de decisões conflitantes. Com efeito, questões aparentemente similares, no que se refere à causa de pedir e ao pedido, por terem a mesma origem, são julgadas de formas diferentes, tolhendo jurisdicionados, que tiveram o mesmo bem jurídico lesado, mediante juízo de improcedência da demanda. Não há, de certo modo, critérios seguros a sinalizar a correta aplicação do direito individual homogêneo, inclusive pela celeuma jurídica em sua interpretação. Insculpido no Capítulo VIII do Título I do Livro III da Parte Especial do Código de Processo Civil, o incidente de resolução de demandas repetitivas tem o condão de preterir esses julgamentos antagônicos relativamente à tutela de direitos individuais homogêneos, uma vez que a decisão proferida tem eficácia expansiva vinculante, alcançando todos os demais processos que versem sobre a mesma questão de direito que tramitem ou venham a tramitar na área de jurisdição do tribunal que decide o incidente, inclusive nos juizados especiais do respectivo Estado ou região. Sem embargo, diante dos efeitos extensivos da decisão, em especial da possibilidade de haver prejuízos deletérios a uma coletividade que restou privada do contraditório, inclusive em caso de fixação de tese prejudicial à tutela de direitos de natureza metaindividual, é de fundamental importância a definição do processo pelo qual se instaura o incidente de resolução de demandas repetitivas. Para ser consentâneo com o modelo constitucional de processo do Estado Democrático de Direito, somente pode ser adotada como paradigma a causa em que esteja bem delineada a controvérsia e haja representatividade da parte que sustenta o direito individual homogêneo.